

O ESTADO E AS CLASSES SOCIAIS EM NICOS POULANTZAS, ERIK OLIN WRIGHT E CLAUS OFFE: A LUTA DE CLASSES, A ESTRUTURA E A SELETIVIDADE ESTATAL

Antônio Danilo Santana¹

Resumo

Os estudos acerca das classes sociais constituem, talvez, o ponto menos consensual dentro da teoria marxista. Da Economia à Filosofia, da Sociologia à Ciência Política e às correntes que defendem uma abordagem psicanalítica casada ao marxismo, enfim, por todas as áreas que bebem nessa tradição teórica, nunca se chegou a um consenso razoável quanto à categoria *classe social*, quando muito, talvez a um entendimento comum mínimo, isto é, o de que as classes são constituídas na esfera da produção, não na do mercado. Tampouco a categoria *Estado*, enquanto núcleo principal do poder político da sociedade, constitui um elemento teoricamente pacífico em sua relação com as classes e em sua respectiva estruturação, dentro do materialismo histórico. Neste trabalho, busco analisar como Nicos Poulantzas, Erik Olin Wright e Claus Offe, representantes de diferentes correntes teóricas marxistas, concebem as classes sociais e a relação destas com o Estado, correlacionando tais categorias a outras esferas da realidade como um recurso analítico para a problematização do capitalismo na contemporaneidade.

Palavras-chave: Classes sociais. Estado. Marxismo. Relações de produção.

The State and social classes in Nicos Poulantzas, Erik Olin Wright and Claus Offe: the class struggle, the structure and state selectivity

Abstract

Studies on social classes are perhaps the least consensual point within Marxist theory. From economics to philosophy, from sociology to political science and the currents that defend a psychoanalytical approach married to Marxism, in short, for all the areas that drink in this theoretical tradition, a reasonable consensus was never reached regarding the category *social classes*, at most, perhaps to a minimum consensus, that is, that classes are constituted in the sphere of production, not that of the market. Nor does the *State* category, as the main nucleus of the political power of society, constitute a theoretically peaceful element in its relationship with the classes and in their respective structuring, within historical materialism. In this work, I seek to analyze how Nicos Poulantzas, Erik Olin Wright and Claus Offe, representatives of different Marxist theoretical currents, conceive social classes and their relationship with the State, correlating these categories to

¹ Bacharel e mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com especialização em Ciência Política pela Universidade Estácio de Sá.

O estado e as classes sociais em Nicos Poulantzas

other spheres of reality as an analytical resource for problematization of capitalism in contemporary times.

Keywords: Social classes. State. Marxism. Production relations.

El Estado y las clases sociales en Nicos Poulantzas, Erik Olin Wright y Claus Offe: lucha de clases, estructura y selectividad estatal

Resumen

Los estudios sobre las clases sociales constituyen, quizás, el punto menos consensuado dentro de la teoría marxista. De la Economía a la Filosofía, de la Sociología a la Ciencia Política y las corrientes que defienden un enfoque psicoanalítico casado con el marxismo, en definitiva, para todos los ámbitos que se inspiran en esta tradición teórica, nunca se ha llegado a un consenso razonable en cuanto a la categoría de clase social, en mejor, tal vez con un mínimo entendimiento común, es decir, que las clases están constituidas en la esfera de la producción, no en la del mercado. Tampoco la categoría Estado, como núcleo principal del poder político en la sociedad, constituye un elemento teóricamente pacífico en su relación con las clases y en su respectiva estructuración, dentro del materialismo histórico. En este trabajo busco analizar cómo Nicos Poulantzas, Erik Olin Wright y Claus Offe, representantes de diferentes corrientes teóricas marxistas, conciben las clases sociales y su relación con el Estado, correlacionando tales categorías con otras esferas de la realidad como recurso analítico para la problematización. del capitalismo en la contemporaneidad.

Palabras clave: clases sociales. Expresar. Marxismo. Relaciones de producción.

Introdução

Há uma espécie de consenso interpretativo de que Marx não deixou nenhuma teorização fechada acerca do conceito de classe social, a despeito de este conceito ter posição central em suas análises. No entanto, não é minha intenção debruçar-me sobre as causas de uma definição precisa e acabada de classe social nunca ter sido dada pelo criador do materialismo histórico, devido às limitações próprias do trabalho aqui proposto. Cabe aqui, no entanto, destacar o fato de que, se não elaborou propriamente uma teoria acabada das classes sociais, Marx não abriu mão desta categoria em grande parte de sua obra, ganhando ela, portanto, a fisionomia de um elemento central para suas investigações acerca do desenvolvimento das sociedades humanas. Como diria Thomas Bottomore (1978, p. 16), “Marx jamais formulou a sua teoria sobre as classes sociais de maneira completa e sistemática, embora se possa dizer com razão (como observou Lênin) que tudo aquilo que foi escrito por ele dizia respeito, de certo modo, ao problema das classes”.

De modo semelhante ao que fizeram alguns estudiosos aqui no Brasil, destacadamente Renato Monseff Perissinotto (2007) e Luis Felipe Miguel (1998), partindo dessa constatação acerca da incipiente análise de classes em Marx, buscarei abordar as concepções marxistas sobre classes sociais a partir de três linhas específicas dessa escola teórica e de sua relação com outros elementos da realidade, isto é, as classes em sua relação com a infra e a superestrutura no estruturalismo de Nicos Poulantzas; a “topografia” das classes na obra do marxista analítico Erik Olin Wright; e, por fim, a relação entre as classes e o Estado na perspectiva do neomarxista Claus Offe. Cabe ressaltar que o Estado também só fora abordado por Marx de maneira residual, algo um tanto distante de ter esgotado uma abordagem acerca do desenho institucional, da estruturação interna e do funcionamento do aparelho estatal.

Ainda que não tenha esgotado sua teorização sobre as classes sociais e o Estado, não se pode desconsiderar o fato de que foi justamente na análise das relações entre essas duas categorias que Marx atingira seu voo mais ousado no estudo do poder político. Em *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*, um sofisticado estudo do teórico alemão acerca do conturbado processo político francês conflagrado em meados do século XIX, a análise realizada quando se davam os acontecimentos, desvelou os mecanismos de sustentação das

frações de classe dominantes no interior dinâmico do corpo estatal, numa conjuntura em que setores do Estado passavam a ganhar mais relevância à medida que as frações de classe mais influentes dentro do conjunto da burguesia deslocavam seu domínio estrategicamente para tais centros de poder como forma de reagir às investidas das classes subalternas. Essa parte dos estudos marxianos é explorada pela obra do primeiro autor que aqui será analisado, o greco-francês Nicos Poulantzas.

Partindo da noção de que para os três teóricos que serão por mim abordados o Estado serve a uma estrutura de classes que por sua vez consiste na reprodução das classes sociais sob o modo de produção capitalista, tal categoria e sua relação com as classes sociais ganham em Nicos Poulantzas, Erik Olin Wright e Claus Offe diversas interpretações de fundo, o que demonstra nitidamente o desenvolvimento multifacetado e o grau de complexidade que constitui a teoria marxista contemporânea.

Do Estado com relativa autonomia em relação às classes sociais àquele regulador das taxas de desocupação e de conformação da estrutura de classes, passando pelo Estado enquanto categoria moldada pelas posições estruturais das variadas classes, os autores que aqui serão brevemente analisados seguramente podem ser considerados representantes muito influentes do marxismo na contemporaneidade.

As classes e o Estado no estruturalismo de Nicos Poulantzas

Em linhas gerais, a percepção de classe social em Nicos Poulantzas se baseia no efeito das estruturas² sobre os agentes, isto é, a classe social deve ser pensada como um coletivo moldado pelas estruturas sociais. Diferentemente do marxismo economicista, relevante, sobretudo, nas décadas anteriores ao surgimento de sua teoria, a visão poulantziana das classes sociais trouxe uma importante inovação, precisamente ao atribuir relevância às dimensões não econômicas das classes sociais, como observa Perissinotto (2007). Assim, as dimensões política e ideológica passam a ter grande importância nos

²Para Poulantzas, as estruturas são, de um modo geral, instâncias regionalizadas de manifestação do poder (instâncias jurídica, política, ideológica, econômica etc.).

estudos das classes com as análises do autor greco-francês, a partir dos anos 1960.

Sob a influência de Louis-Althusser, a teoria das classes sociais de Poulantzas ressalta a esfera da produção como o lugar de constituição das classes sociais. Noutros termos, como toda ideologia é ideologia de classe, como defendiam as teses de Althusser, seu professor na França da década 1960, toda classe só pode ser definida tomando-se como ponto de partida as relações de produção. Mas antes esse lugar na esfera de produção deveria ser concebido mais como um lugar de essência ou de origem de cada classe, seu elemento constitutivo em última instância, sem que se desprezem os efeitos da superestrutura (ideologia, política, justiça etc.). No amadurecimento de suas respectivas obras, no entanto, mestre e discípulo acabam adotando o conceito de *todo estruturado com dominante* para a compreensão real das classes e da estrutura de classes (POULANTZAS, 1986).

Outro ponto que à época fez o corpo teórico poulantziano ganhar proeminência nos ciclos marxistas foi sua preocupação em dar ênfase não somente ao caráter posicional das classes sociais, seus lugares determinados na estrutura de classes, mas a elementos como a relação entre essas classes e a constituição das posições de cada classe e fração de classe enquanto resultado ou efeito das contradições e da luta de classes, pois, para Poulantzas (1975, p. 14) “as classes sociais abrangem as práticas de classe, isto é, a luta de classes”.

Como os outros marxistas que aqui serão analisados, Poulantzas (1985), de maneira geral, discorda de que a esfera dos rendimentos ou do mercado exerça algum tipo de determinação sobre a estruturação das classes sociais, ao contrário do que defende a escola sociológica weberiana. No entanto, de Max Weber, Poulantzas conserva a noção de que o Estado e a própria sociedade podem ser vistos como um campo de forças, algo que ganha corpo nas teorizações do final de sua carreira, mais precisamente na obra *O Estado, o poder, o socialismo*, lançada em 1978. Entretanto, distanciando-se do individualismo metodológico weberiano, ele compreendeu tal campo de forças como a materialização da luta de classes e do Estado capitalista, este último enquanto centro coordenador da ordem ou modo de produção capitalista a partir da instituição de leis, tribunais, bem como da utilização da repressão armada, da garantia do jogo democrático burguês, do funcionamento regular das

grandes corporações da imprensa burguesa e demais dispositivos constituintes da superestrutura.

Como vemos, tal como Weber, Poulantzas (1985) pensa o Estado como o detentor do monopólio legítimo da força, mas, para além do sociólogo alemão, pensa-o também como a expressão máxima da superestrutura da sociedade capitalista. Entendo, porém, que as contribuições da obra weberiana aos estudos poulantzianos podem ser vistas como um elemento dinamizador da noção de classe na obra do autor, já que contribuíram para que ele concebesse a categoria para além da dimensão posicional das classes na estrutura de classes, ou melhor, como um fenômeno formado nas lutas, nas práticas, posto que resultado do e no campo de forças sociais antagônicas.

As lutas atuam como condicionantes não apenas da infra, mas igualmente da superestrutura, atravessando não somente as relações de classe, mas o próprio Estado, à medida que “esta é uma característica *particular* do Estado capitalista, dada a autonomia específica da superestrutura política e da instância econômica, do poder político e do poder econômico” (POULANTZAS, 1986, p. 196). Trata-se de uma operação teórico-metodológica realizada pelo autor, nos anos 1960, baseada em Antonio Gramsci e em Louis-Althusser, no sentido de trazer a análise marxista para o campo das determinações superestruturais, sem deixar, obviamente, de reconhecer o caráter essencial da esfera econômica ou da produção e reprodução da vida material. Poulantzas (1986) surge como autor que contrapõe a uma análise economicista do Estado capitalista uma abordagem de múltiplas determinações, baseada em esferas que se condicionam mutuamente a) a partir das relações de produção, que são prevaletentes, segundo o mesmo, sobre as forças produtivas; assim como b) através da própria estruturação das classes, que se dá nas lutas ou práticas nessas múltiplas esferas.

Por dialogar, muitas vezes criticamente, com escolas ou correntes de pensamento político contemporâneas dos dois lados do Atlântico e justamente por se propor a diminuir a influência das explicações economicistas de fenômenos nos mais diversos campos da sociedade por parte do campo teórico-metodológico marxista naquele contexto de inovação na Filosofia e nas Ciências Sociais europeias, na década de 1960 (estruturalismo, existencialismo, crítica marxista ao stalinismo etc.), Poulantzas pode ser considerado um dos mais influentes discípulos do filósofo Louis-Althusse.

Um ponto muito elucidativo da concepção de classes sociais nas esferas da infra e da superestrutura em Poulantzas e que pode ser tomado como um ataque nítido e bem desenhado às concepções de classe e de luta de classes economicistas pode ser observado em uma passagem de sua obra *Poder político e classes sociais* (1986) em que o autor afirma ser uma das deformações da teoria marxista, influenciada pela obra do jovem Lukács, a tese de que “a classe social estaria localizada só ao nível das *relações de produção* concebidas de uma maneira economicista, isto é, reduzida à condição dos agentes no processo de trabalho e às suas relações com os meios de produção” (POULANTZAS, 1986, p. 60). E completa o autor, ponderando a sentença:

Ora, se é verdade que os próprios conceitos de relações de produção e de modo de produção foram interpretados por esta corrente de uma maneira economicista, frequentemente por meio de conceitos importados da teoria econômica pré-marxista, não é menos verdade, no entanto, que o problema da exclusividade ou não da determinação econômica de classes continua a existir, mesmo em uma concepção autêntica das relações de produção e do modo de produção. (POULANTZAS, 1986, pp. 60–61).

Em linhas gerais, considerando os principais elementos relacionados aos estudos das classes sociais operados por Poulantzas, no tocante especificamente ao estudo da relação entre as frações de classe dominantes e o Estado burguês, abordarei agora o conceito de *bloco no poder*, também presente na obra supracitada em fragmento. Este conceito, no entanto, tem sua gênese atribuída à obra de Gramsci, conforme Carls Nelson Cutinho (1996), embora, em meu entendimento, no filósofo italiano ele não se encontre acabado e não dê conta de compreender as especificidades do estágio capitalista do pós-guerra, por isso a noção de Poulantzas acaba tendo uma fisionomia própria, embora seja inegável que deva muito aos estudos gramscianos relacionados à questão da *hegemonia*. Além disso, cabe a ênfase, o termo em si é cunhado pelo autor greco-francês.

Uma definição didática do conceito de *bloco no poder* é dada por Poulantzas ainda em *Poder político e classes sociais*:

Tiremos as conclusões: o bloco no poder constitui uma unidade contraditória de classes e frações *politicamente dominantes*

O estado e as classes sociais em Nicos Poulantzas

sob a égide da fração hegemônica (grifo do autor). A luta de classes, a rivalidade dos interesses entre essas forças sociais, *encontra-se nele constantemente presente* (Idem), conservando esses interesses a sua especificidade antagônica: duas razões pelas quais a noção de 'fusão' é incapaz de explicar essa unidade. A própria noção de hegemonia, no interior deste bloco, de uma classe ou fração, não é devida ao acaso: ela tornou-se possível, como veremos, através da unidade própria do poder institucionalizado do Estado capitalista. (POULANTZAS, 1986, pp. 233-234).

O que é possível extrair do trecho acima, para além da definição do conceito em questão? Em primeiro lugar, e o que está mais nítido no fragmento, observamos o recurso à noção gramsciana de *hegemonia* como elemento de sustentação do construto teórico de Poulantzas (1986). A hegemonia aqui, no entanto, é vista pelo autor como um elemento constituído a partir do *bloco no poder*, não o inverso.

Resumindo, não há uma hegemonia fechada e totalmente harmoniosa do conjunto da classe burguesa que como numa operação mágica dos céus age por sobre todas as frações capitalistas a unificar suas concepções de mundo, mas, ao contrário, essa ideologia é a ideologia de um *bloco no poder* formada a partir das práticas de classe dessas frações em condições objetivamente impostas pela luta de classes, a qual, portanto, expressa as contradições deste mesmo conjunto de frações de classe. Obviamente essa ideologia expressa os pontos essenciais da ideologia do conjunto da classe capitalista. Entretanto, ao se descer ao nível das especificidades de cada fração de classe tomada em bloco, é possível perceber as nuances próprias da ideologia reproduzida por cada um desses grupos, demonstrando assim que o conjunto das classes e frações de classe, antes de ser visto como um bloco coeso, deve ser compreendido como uma unidade contraditória sob a hegemonia da fração politicamente dominante no interior desse bloco, isto é, a hegemonia no bloco no poder.

Um segundo ponto que merece ser destacado no último trecho do autor acima exposto é a influência weberiana na formulação do seu conceito. Ora, à medida que Poulantzas entende o *bloco no poder* como um conjunto atravessado por contradições, mas apresentando características de unidade (uma unidade contraditória), abandonando a possibilidade do termo "fusão", por este pressupor uma junção simples sem fissuras, espécie de encaixe simples e linear de peças, enfim, o

O estado e as classes sociais em Nicos Poulantzas

autor mantém sua construção teórica diretamente ligada à noção weberiana da sociedade ou grupos sociais enquanto campo ou campos de forças.

É legítimo o entendimento dessa influência weberiana como um recurso metodológico pontual utilizado por Poulantzas, ao contrário de uma tentativa de praticar uma espécie de marxismo weberiano, no meu entendimento, algo que somente se configuraria se o autor não aplicasse tão claramente e sem arroudeio o referencial marxiano de classe, abordagem fundamental para definir os contornos do marxismo quando em contato com o arcabouço teórico de Weber ou os de outros autores.

O próximo autor aqui abordado, assim como a escola teórica à qual se filia, também sofre a influência weberiana em suas formulações. Vejamos.

As classes e o Estado no marxismo analítico de Erik Olin Wright

Em sua obra *Class counts: comparative studies in class analysis*, o teórico estadunidense Erik Olin Wright (2015) trata classe social como causa generalizada com ramificação em diversos fenômenos sociais. Assim, as classes seriam variáveis independentes que se expressariam em outros fenômenos sociais, que apareceriam como variáveis dependentes. O autor deixa claro, no entanto, que o materialismo histórico jamais afirmara que a categoria *classe social* seria capaz de explicar todos os fenômenos sociais, mas que “a trajetória geral do desenvolvimento histórico pode ser explicada por uma análise de classes bem construída” (WRIGHT, 2015, p. 122). Ao longo do desenvolvimento de *Class counts* fica nítida a concordância entre Wright e o materialismo histórico quanto ao alcance da categoria *classe social* para explicar as relações sociais concretas.

Um elemento explicativo ligado à categoria *classe social* muito presente na obra de Wright e que este buscou em outro marxista analítico chamado John E. Roemer é o conceito de *exploração*. Para ele, *exploração* seria mesmo o “elemento constitutivo básico do conceito de classe” (MIGUEL, 1998, p. 24). Sua abordagem busca fornecer uma categorização das classes sociais a partir do seu lugar nas relações de controle e exploração.

Aqui é possível notar uma sutil diferença entre a perspectiva de classe de Olin Wright e a de Poulantzas. Luis Felipe Miguel (1998) defende a ideia de que, enquanto para Poulantzas as próprias posições de classe numa dada estrutura se dão a partir da luta de classes, ou seja, das práticas concretas das classes enquanto grupos sociais que atuam em conflito num determinado campo de forças de uma formação social concreta e numa conjuntura específica, para Wright, por mais que a própria constituição das classes esteja fincada nos aspectos de controle e exploração, a luta de classes aparece sempre como fenômeno reativo às estruturas. Portanto, é possível entender, a partir da interpretação de Miguel, que os aspectos posicionais das classes em Wright seriam mais relevantes do que os aspectos das classes em ação através das lutas, como aponta Poulantzas, por exemplo.

A esfera da produção aparece em Wright (2015) como elemento central da definição de classes, mas a partir do elemento *exploração*. Utilizando a categoria *exploração* e, apesar de flertar em parte com o arcabouço weberiano, ao acrescentar também o elemento *dominação*, quando vai se referir aos gerentes e supervisores das grandes empresas capitalistas e sua posição ambígua de classe (operários por não possuírem os meios de produção e burgueses ao controlá-los, mesmo sem possuí-los), o autor norte-americano chega à sua tipologia das doze classes sociais, ou seja, três classes proprietárias (capitalistas, pequenos empregadores e pequena burguesia) e nove classes de empregados (gerentes especializados, gerentes qualificados, gerentes não qualificados, supervisores especializados, supervisores qualificados, supervisores não qualificados, especialistas, trabalhadores qualificados e, por fim, trabalhadores não qualificados). Além dessas doze classes, Wright ainda identifica as subclasses, isto é, grupos de indivíduos fora da força de trabalho, assim como aqueles grupos de indivíduos como os herdeiros, cuja posição na estrutura de classes é mediada por outros agentes individuais com posições diretas nas relações de produção.

Wright (2015) defende a ideia de que a análise de classes deve consistir na observação da relação entre as classes e os mais variados tipos de fenômenos sociais, sem, no entanto, conceber a categoria como instrumento explicativo da totalidade das relações sociais ou mesmo como uma categoria tão poderosa. Aqui parece que nos deparamos com uma argumentação contraditória, da parte do autor.

Entretanto, nesse mesmo artigo, o sociólogo explica, como já expomos aqui, que tal categoria deve ser entendida como uma variável independente cujas ramificações, que não devem nem de longe ser tomadas como um elemento com determinações de cunho totalizante, precisam ser estudadas a fundo, até os limites da própria categoria *classe social*, para que se atinja uma ampla apreensão da categoria através dos mais variados processos sociais, considerando-se o seu grande alcance.

Algo que também chama a atenção no estudo das classes na obra de Wright é o fato de ele promover a separação metodológica do fenômeno classe social a partir de suas formas de manifestação, isto é, para entendermos o fenômeno seria necessária a análise da formação das classes, assim como da estrutura de classes, da luta de classes e, por fim, da consciência de classes (WRIGHT, 2015). Entre essas quatro expressões das classes sociais, o sociólogo aponta a estrutura de classes como a mais importante no condicionamento do enraizamento do fenômeno nos mais diversos processos sociais.

Outro ponto de destaque na análise de classes de Wright (2015) é a comparação mais detalhada entre os modelos de classes de Karl Marx e Max Weber. O autor chama a atenção para um ponto crucial nessas duas matrizes teóricas, qual seja, o de que é no controle dos recursos econômicos que se situa o fundamento da estruturação das classes nos dois pensadores alemães, afirmando que a partir dos dois referenciais é possível se chegar à sua classificação das doze classes, entre operários, burgueses e gerentes.

O teórico estadunidense, inclusive, afirma que seu modelo pode ser por muitos considerado um modelo híbrido entre as duas tradições, embora defenda que o mérito pela hibridização não deva recair sobre ele, mas sim sobre o próprio Weber, pois, segundo Wright (2015, p. 153), “apresentar Marx e Weber como polos opostos é um pouco enganador, porque em muitos aspectos Weber usa sua voz marxista ao falar de classes”. Entretanto, se para o autor aqui abordado há mais pontos em comum que diferenças entre as análises de classes marxista e weberiana, após partirem do ponto central comum, ou seja, o controle sobre os recursos econômicos, as duas teorias acabam dando ênfase a aspectos diversos da economia, com o marxismo privilegiando a produção, ao passo que a teoria weberiana destaca a esfera do mercado, isto é, da circulação (WRIGHT, 2015).

No tocante à categoria *Estado*, Wright (2015) apresenta uma posição semelhante à de Poulantzas (1985) quanto a pensar o ente estatal como efeito das configurações de classes, embora com a diferença de que, se para Poulantzas o Estado reflete e é ao mesmo tempo atravessado pelas lutas de classes, em Wright temos a ênfase no condicionamento do núcleo de poder político pelas posições de classe, a hipótese de que a divisão da sociedade em diversas classes traria efeitos relevantes sobre o aparelho de Estado e a distribuição do poder social. Assim, são as posições e não o conflito em si que têm reflexo sobre o Estado, o que não significa dizer que essas posições não sejam estruturas relacionais, logo influenciadas pelas lutas entre as classes antagônicas. Todavia, para Wright, essa própria capacidade relacional das estruturas se dá a partir das próprias estruturas e, ao mesmo tempo e num só movimento, aparece como reação a estas, e não como elemento que as conforma. Noutros termos, seus estudos apontam as estruturas enquanto elementos que aparecem ou se expressam de antemão.

Diante dessa problemática, e referindo-se ao marxismo analítico, corrente à qual o nome de Erik Olin Wright está associado, assim como o de John Roemer, de quem, como vimos, aquele toma emprestada a noção de exploração, o cientista social francês Fabien Tarrit (2016, p. 19) defende que para essa vertente marxista, “na medida em que (esses autores) estimam que a polarização de classes corresponda à polarização entre capitalismo e socialismo, o desenvolvimento de posições de classe contraditórias obscurece a polarização entre capitalismo e socialismo”.

Como vimos até este ponto, a ênfase no conflito, e por consequência na luta de classes refletida em luta política impactando na reprodução do poder de Estado, não constitui o cerne da perspectiva do marxismo analítico, vertente integrada por Wright, que, seguindo sua corrente teórico-epistemológica, dá mais destaque às relações de classe no âmbito da sociedade civil e como produto das relações de produção. Concordo, porém, que não podemos cobrar desse autor, em especial, uma posição mais voltada às relações ativas entre o Estado, a economia e as classes sociais, posto que estejamos nos referindo a um sociólogo, não propriamente de um cientista político. Deste modo, seu arcabouço analítico busca fundamentalmente dar conta da estruturação das classes pelo processo produtivo, e somente residualmente das

relações e antagonismos destas com e no interior do aparelho estatal.

O modelo de Wright é criticado por Perissinotto (2007) por, segundo este, demonstrar insuficiência em estabelecer algum tipo de conexão entre a estrutura de classes e o comportamento dessas classes. Até certo ponto, considero a crítica de Perissinotto pertinente, entretanto eu entendo que essa característica de incapacidade de estabelecer a conexão entre estrutura e ação não é uma exclusividade da análise do sociólogo aqui estudado, mas algo comum aos estudos focados nos aspectos estruturais de um fenômeno. À primeira vista, ao focar nas posições de classe, mesmo que indiretamente, Wright parece operar sobre estruturas estáticas. No entanto, a meu ver, isso não passa de uma impressão relativamente desatenta acerca de suas teorizações, uma visão que não atenta para a amplitude das análises do autor em questão. De todo modo, ainda que admitíssemos que a análise do norte-americano houvesse falhado em demonstrar a conexão entre ação e estrutura, em última instância isto não significaria entender tal modelo teórico como totalmente errôneo ou equivocado, mas, ao³ contrário, como eficiente em demonstrar alguns pontos da questão, mostrando-se, no entanto, insuficiente em estabelecer uma relação entre estes pontos e outras variáveis dos fenômenos que envolvem os seus núcleos explicativos gerais.

O próximo e último estudioso aqui analisado, o alemão Claus Offe, apesar de apresentar alguns pontos de consonância com os que aqui já foram abordados, afasta-se mais desses outros dois autores estudados do que estes se afastam entre si, sobretudo no tocante à fisionomia do Estado, sua função coordenadora e sua posição em relação às classes.

As classes e o Estado no neomarxismo de Claus Offe

Em sua obra *Problemas estruturais do Estado capitalista*, o cientista social alemão Claus Offe aponta o caráter de seletividade das instituições do Estado capitalista. Neste sentido, a própria ideia de soberania de um Estado-Nação exigiria uma ação de positivação das posições de classe por parte deste mesmo Estado, o que significa dizer que “o fato da funcionalização da soberania exige que o aparelho estatal

³ Embora o termo sociedade civil não seja recorrente em sua obra, tomo-o aqui como recurso metodológico.

assuma *funções de classe* sob o *pretexto da neutralidade de classe* (grifo do autor) e invoque o álibi do universal para o exercício do seu poder particular" (OFFE, 1984, p. 163). Mas essa positivação não se expressaria abertamente nas suas instituições, e sim como um mecanismo que age no sentido da reprodução da lógica de classes sob uma aparência da universalização das posições, ou seja, da igualdade formal. É uma concepção muito semelhante à de Poulantzas, como notamos. Entretanto, se para este último o caráter de classe do Estado se manifesta nas próprias fissuras e frações de classe encarnadas no interior do aparelho estatal, entendo que para Offe a categoria *seletividade* é responsável pelo tipo de reprodução da lógica de classes a partir do Estado.

Para deixar mais claro o argumento supracitado, na perspectiva do sociólogo alemão a dimensão de classe atingida pela seletividade pode ser vista como um fenômeno que se expressa de dentro para fora, isto é, as classes, ao serem submetidas aos mecanismos de seletividade, estão fora do aparelho estatal e se reproduzem e se posicionam, também, a partir dos mecanismos organizativos desse mesmo aparelho (OFFE, 1984), ao passo que para Poulantzas (1985) a reprodução das classes sob o Estado é um mecanismo que se processa de fora para dentro, sendo o próprio aparelho estatal atravessado pelas contradições de classe a partir da sociedade capitalista. Não é que um autor negue a premissa do outro, assim como também não negam as premissas de classe posicionais de Wright ou tampouco este negue essas premissas específicas de seus colegas europeus, até onde se sabe. A meu ver, trata-se, antes, de uma tentativa de lançar luz sobre aspectos diversos da manifestação da categoria *Estado* em sua relação com as classes sociais.

O Estado, em Poulantzas (ano), portanto, não organiza a funcionalização das classes, antes opera diretamente na organização das frações de classe capitalistas para garantir a reprodução do capital acima da lógica dos interesses específicos de cada ramo capitalista, como um ente garantidor da hegemonia do capital sobre as classes subalternas. Em Wright (ano), o ente estatal caminharia mais ou menos na mesma direção, embora neste a estruturação das classes e a ramificação destas no tecido social conformam o Estado e outros ramos da sociedade. Já em Offe (1984) o Estado é entendido em sua funcionalidade organizativa, sendo ele o mantenedor das condições de regularidade da

reprodução capitalista, independentemente das forças políticas que ocupem o seu núcleo de comando.

As políticas sociais do Estado capitalista agem, segundo Offe (1984), como uma espécie de filtro institucional que operacionaliza os processos de exclusão/inclusão dos sujeitos individuais e coletivos na sociedade de classes. Mais do que isso, a seletividade estatal estaria voltada a conformar parte do contingente da classe trabalhadora e parte daquele contingente de indivíduos que compõem a taxa regular de desocupados. O seguro-desemprego seria um elemento de grande importância nessa lógica de instrumentação seletiva do Estado para o funcionamento da economia de mercado, aponta o autor, considerando a hipótese de que ele age para garantir a continuidade do poder de consumo mínimo das classes proletárias enquanto sua força de trabalho transita de uma unidade produtiva para outra.

Noutros termos, essa estratégia capitalista de bonificação da força de trabalho que é desligada de uma unidade de produção mantém certo nível de equilíbrio na reprodução do consumo em períodos com certo desequilíbrio entre taxa de ocupação e taxa de desocupação, sobretudo nos períodos de crise econômica mais grave, mas ela serve, também, como um modo de pressionar a força de trabalho a aceitar empregos menos qualificados, para que tenha direito a este benefício, como destaca Offe, concordando com Axel Murswieck:

Só a organização burocrática estatal permite ajustar as medidas político-sociais às exigências da economia de mercado. Assim, o que pode ser considerado um emprego 'aceitável', com que um desempregado tem de concordar, antes de receber o salário-desemprego, é fixável em função do ciclo econômico. Um dos critérios incluídos no conceito de 'aceitabilidade' é o nível salarial, de modo que com base nesse conceito, o seguro-desemprego pode ser utilizado no sentido de obrigar o desempregado a aceitar salários mais baixos e empregos menos interessantes, situados a grandes distâncias. O salário-desemprego tem uma influência direta sobre o rebaixamento do limite inferior do nível salarial. Como o nível de pensão de viúvas e os salários-família influenciam o volume do trabalho feminino, as pensões têm também a função de regulamentar a quantidade de oferta da força de trabalho no mercado. (MURSWIECK, 1976 *apud* OFFE, 1984, p. 30).

A teorização de Offe (ano), portanto, entende o Estado como aparelho cujos mecanismos operam uma seletividade que garante a reprodução das classes, ou a organização dessa estrutura de classes, e isto para além da dimensão de um ente de mediação e direcionamento do bloco capitalista hegemônico sobre a sociedade como um todo. De acordo com essa perspectiva offeana, porém, nas próprias políticas voltadas à geração de empregos, por exemplo, já estariam inscritos os mecanismos que garantem a sustentação de certo nível de desemprego, para que seja assegurado um percentual adequado do chamado exército de reserva, fazendo com que o modo de produção não sofra algum desequilíbrio estrutural profundo ou com que a taxa relativa de lucro passe por uma queda muito acentuada. Offe (1984, p. 23) chama este processo de mecanismos regularizadores dos volumes quantitativos da força de trabalho, “capazes de estabelecerem o equilíbrio entre a proletarização ‘passiva’ e ‘ativa’”.

Em sua obra que aqui abordamos, Offe descreve o conceito de *seletividade* a partir do critério de exclusão, afirmando:

Se partirmos da imagem figurada de um ‘processo de seleção’, gerador de ocorrências, estamos indicando que se trata de uma configuração de *regras de exclusão* (grifo do autor) institucionalizadas. Para podermos descrever o modo de atuação das regras de exclusão, necessitamos de um conceito daquilo que elas excluem, ou seja, dos ‘não-acontecimentos’ relevantes. Discutiremos a seguir como essas regras podem ser pesquisadas. Analiticamente podemos desde já especificar três categorias de ‘não-acontecimentos’, ou de fenômenos excluídos. Podemos defini-los como ‘não-acontecimentos’ socioestruturais, acidentais e ‘sistêmicos’. (OFFE, 1984, pp. 147–148).

Poucas páginas à frente, Offe aponta para o fato de que, para que possa operar de modo eficaz, o conceito de *seletividade* deve ser bem delineado nas situações concretas em que gera as exclusões, já que é pelo não acontecimento que o conceito fica evidente. Assim, nas palavras do autor, “poderíamos dizer, de forma simplificada, que seletividade é a restrição não-aleatória (isto é, sistemática) de um espaço de possibilidades” (OFFE, 1984, p. 151). A definição de *seletividade* é, portanto, uma definição negativa baseada numa estrutura de restrições. As instituições estatais expressariam, assim, uma atividade constante e estrutural de manutenção das posições dos

agentes na estrutura de classes por meio de critérios do tipo dentro/fora, legal/ilegal, individual/universal etc.

O Estado capitalista em Offe (1984) é tido como o Estado que organiza as desigualdades estruturais da sociedade de mercado. Deste modo, uma formação nacional que, hipoteticamente, elevasse o nível de pleno emprego a uma taxa próxima de zero, consistiria num país onde o modo de produção capitalista estaria passando por forte deformação de sua lógica, haja vista o fato de que esta consiste justamente em se desenvolver conservando certo nível de desocupação da força de trabalho.

Ao se seguir tal raciocínio, poder-se-ia chegar à conclusão de que as forças políticas que se proponham antagonistas ao modo de produção em comento e que porventura cheguem a ocupar a direção do aparelho de Estado, na hipótese de se depararem com as condições objetivas de suprimir qualquer grau de desemprego no país, isto é, de tecnicamente levar a taxa de desemprego a zero, estariam promovendo a superação do modo de produção capitalista? Não, isto não equivaleria à superação de um modo de produção e edificação de outro em seu lugar, segundo a perspectiva de Offe (1984), mas apenas um tensionamento na lógica sistêmica, que, no limite, poderia pôr em xeque sua própria sustentação, mas não seria o fim do sistema em si, que pressuporia uma mudança geral das relações de produção, ou ao menos nos setores produtivos hegemônicos ou setores-chave da economia. Tampouco seria possível por muito tempo um tipo de governo assim, já que a manutenção regular de certo nível de desocupação da força de trabalho é algo intrínseco ao funcionamento do Estado capitalista e, no limite, ao próprio modo de produção.

O Estado utilizaria os instrumentos de "desequilíbrios" estruturais como meios de valorização da taxa de lucro, segundo Offe (1984). O teórico não tem a preocupação central em entender as frações de classe que controlam o aparelho de Estado num momento determinado, assim como não dá ênfase à aplicação, por parte de tais grupos, de suas políticas correlatas. Mais que isso, em *Problemas estruturais do Estado capitalista* o autor concentra-se na missão de apontar a lógica de funcionamento do Estado, que, em suas funções constantes de manter políticas sociais que garantam a seletividade dos sujeitos ante a reprodução da sociedade de mercado e seus mecanismos, porta-se de maneira mais ou menos regular, independentemente das forças políticas que

controlam os seu aparato institucional, e isto porque em sua própria ontologia o Estado capitalista moderno consiste num aparato institucional que funciona para 1) garantir a reprodução da taxa de mais-valia pelos detentores do capital e 2) assegurar a reprodução da força de trabalho e os mecanismos de equilíbrio geral de sua taxa de ocupação. Assim, diante da anarquia do mercado, o ente estatal agiria para que a reprodução dessas taxas se mantenha em níveis razoáveis, para que, desta maneira, o modo de produção não seja posto em risco.

Como vemos, trata-se de uma perspectiva que não vê o Estado como um sujeito com uma racionalidade própria absoluta, posto que muitas vezes, ao se deparar com uma crise econômica gerada pelos mecanismos próprios de mercado, esse mesmo Estado não conseguiria, ao menos num primeiro momento e como num passe de mágica, voltar a garantir os níveis desejáveis de ocupação e desocupação da força de trabalho, tampouco o consumo adequado para o restabelecimento da “normalidade” do mercado. Do mesmo modo, trata-se de uma perspectiva que não entende o Estado como um aparato institucional facilmente mobilizável e manipulável pelas forças políticas que conseguem ascender ao seu comando e que pode ser utilizado sem contingências para o atingimento de suas metas político-ideológicas.

A visão de Poulantzas também se dá neste sentido, com a diferença de que em Offe a funcionalidade estatal aponta para lógicas mais ou menos regulares que garantem a reprodução do capital e da força de trabalho, enquanto naquele, ao contrário, a própria funcionalidade do Estado seria atravessada por conflitos de classe cujos efeitos fariam com que a regularidade das ações estatais não se desse de antemão, mas aparecesse como algo condicionado justamente a esses efeitos da luta de classes a partir de dentro do aparelho estatal, assim como enquanto reflexo das lutas externas sobre seu corpo institucional.

Após destacar tais pontos do pensamento de Claus Offe, concluo o que por mim foi proposto, isto é, apontar alguns elementos essenciais a partir dos quais os três autores aqui abordados analisam o Estado capitalista e sua relação com as classes sociais e seus impactos na estruturação da sociedade contemporânea.

Considerações finais

Entendo que escrever sobre o Estado e as classes sociais a partir do paradigma conceitual marxista jamais consistiria em algo simples, por mais amplo que seja o estudo desses temas no interior do marxismo e o respectivo material disponível. Aliás, é justamente devido ao fato de haver uma literatura muito extensa acerca das classes e do Estado nessa tradição intelectual e ao mesmo tempo nenhum consenso considerável sobre elementos como estrutura, ideologia e consciência de classes, ou sobre as instituições estatais e seus mecanismos de reprodução, pois, que essa se torna uma empreitada com alto grau de complexidade, algo que demanda desafios hercúleos.

Neste sentido, a opção por abordar alguns pontos da obra de cada um dos três autores aqui destacados se deu pelo entendimento de que são estes autores paradigmáticos de correntes que passaram a operar o conceito de classe como um modo de se contrapor ou dialogar criticamente com as abordagens de correntes não marxistas como o funcionalismo parsoniano ou as nascidas sob a influência da obra weberiana, baseadas nos paradigmas da ação racional (institucionalismo, pluralismo etc.). Seguramente, tais autores podem ser vistos como alguns dos principais responsáveis por, sobretudo a partir da década de 1960 e nos dois lados do Atlântico, recuperar a força dos estudos sociológicos marxistas nos meios acadêmicos diante de outras tradições teóricas que vinham dominando a academia e os demais campos de debate intelectuais no pós-Segunda Guerra.

Apesar de constituírem correntes de uma mesma tradição, entre as obras de Poulantzas, Wright e Offe é possível encontrarmos pontos distintos acerca do fenômeno classes sociais, do Estado e da relação entre eles. No entanto, como é comum e mesmo central na tradição marxista, não há discordância entre os três autores quanto ao papel das relações de produção na determinação das condições materiais de existência, da circulação do poder e tampouco da constituição das classes sociais.

Classe social é um tema que certamente não se encerra nas análises desses três paradigmas marxistas aqui abordados, tendo em vista que com certa regularidade surgem novos autores acrescentando alguns elementos inovadores ao campo investigativo e/ou buscando trabalhar a categoria em sua relação com outras. Muitas vezes essas inovações não são muito aceitas pelo campo marxista mais ortodoxo, a exemplo dos chamados paradigmas identitários contemporâneos e dos estudos que buscam dar um viés psicologizante às relações de

classe, muitas vezes taxados pela tradição como excessos pós-modernos. Enfim, como categoria central nas ciências sociais, *classe social* continuará gerando múltiplas interpretações e talvez poucos consensos, inclusive dentro de uma mesma tradição teórica, como é o caso do marxismo e sua imensa e incessante gama de autores e correntes. O mesmo vale para a categoria *Estado*.

Referências

BOTTOMORE, Thomas Burton. **As classes na sociedade moderna**. Tradução de Fanny Tabak, Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política – a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo, SP: Editora Cortez, 1996.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. Tradução de Sílvio Donizete Chagas, São Paulo, SP: Centauro Editora, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. De que falam os marxistas quando falam em classes? **Revista Mediações**, Londrina, PR, 3, 1998.

MURSWIECK, Axel. **Politische Autonomie und Sozialpolitik im Kapitalismus**, in: (Hrsg.), Staatliche Politik im Sozialsektor, München, DE: Billerbeck University Verlag, 1976.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Tradução de Barbara Freitag, Rio de Janeiro, RJ: Editora Tempo Brasileiro, 1984.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea. **Revista Lua Nova**, São Paulo, SP, 71, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Francisco Silva, São Paulo, SP: Martins Fontes, 1986.

_____. **As classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editora, 1975.

_____. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

TARRIT, Fabien. Marxismo analítico e classes sociais. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, SP, 42, 2016.

WRIGHT, Erik Olin. **Class counts: comparative studies in class analysis**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1997.